



08004.000120/2021-11



Ministério da Justiça e Segurança Pública Secretaria-Executiva Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (15987404)

Data	21/09/2021	
Local	Microsoft Teams	
ITEM	NOME	ÓRGÃO
1	Ana Celia Bernardes Vilarinho	SEGEN
2	Andreia Prima Olivo	DEPEN
3	Ângela Rodrigues	SENAD
4	Charles de Azevedo Goncalves	SEGEN
5	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
6	Claudio Antonio de Almeida Py	AECI
7	David de Lima Freitas	SPO
8	Deborah Lucia Siqueira Botelho	CGGE
9	Eduardo Gois de Oliveira	SENAD
10	Elvis Silvares Pereira	SEOPI
11	Fabiano Nogueira Brandão	CGGE
12	Frederico Pacheco	PF
13	Graziele Ferreira de Oliveira	SPO
14	Hugo Ferreira	FUNAI
15	Gustavo da Cruz Sant´ Ana	PF
16	Janilze Chaves	FUNAI

17	Karla Nogueira do Valle de Carvalho	SENAJUS
18	Leonardo de Melo Costa	CGGE
19	Luiz Fernando Zugliani	AN
20	Márcia Aiko Tsunoda	DEPEN
21	Maria Cardoso Grochevicz	SEOPI
22	Maria Fabrícia Thayz Alves Cunha	DEPEN
23	Matheus José Ferraz Fernandes	CGGE
24	Nayhara de Oliveira Domingues Araújo	
25	Priscilla Oliveira	SENASP
26	Raquel dos Santos Ribeiro	AN
27	Ronald Lázaro Borges Ribeiro	SEOPI
28	Wellington Clay Porcino Silva	PF
29	Wesley Leão	PRF

Pauta da reunião (15921476)	1) Apresentação 2) Pendências - Relatório de monitoramento e formulário de detalhamento 3) Situação Monitoramento das Políticas Públicas 4) Assessoria ENAP - Avaliação de Políticas Públicas 5) Revisão da Carteira de Políticas Públicas MJSP 6) Apresentações (DEPEN, PF, FUNAI e PRF) 7) Informes Gerais 8) Encaminhamentos
-----------------------------------	---

- 1. O Sr. David de Lima Freitas, Subsecretário de Planejamento e Orçamento SPO e Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, iniciou a reunião, realizada por meio do aplicativo Microsoft Teams, agradecendo a participação dos presentes. Em seguida, apresentou a pauta da reunião (15921476).
- 2. O primeiro tópico da reunião tratou das pendências acerca dos formulários de detalhamento e dos relatórios de monitoramento das Políticas Públicas do MJSP. Foi informado que algumas unidades organizacionais ainda estão com pendências no envio de documentos. Em relação aos relatórios de monitoramento do ciclo de setembro, foi informado quais unidades já enviaram e aquelas que ainda estão com pendência do envio. O Sr. David lembrou que o prazo para envio foi dia 14/09, mas que caso alguma unidade precise prorrogar o prazo, basta entrar em contato com a equipe da CGGE. Sobre o status do detalhamento da Carteira de Políticas Públicas, foi informado que 75% das Políticas já foram detalhadas, o que corresponde a 55 (cinquenta e cinco) Políticas Públicas de um total de 73 (setenta e três) da Carteira vigente. Em seguida, o Sr. David relatou que esse trabalho é elogiado por outros órgãos da administração pública e que a intenção é avançar no aperfeiçoamento da gestão da carteira. Foi informado aos participantes presentes que a apresentação e o link da tabela de controle, em que as unidades podem acompanhar as suas pendências, será enviado como um encaminhamento dessa reunião e frisou que, a tabela, também, está disponível no grupo da CT-CGE do Microsoft Teams.
- 3. Dando seguência à pauta, a Sr. David explanou a respeito de uma Consultoria gratuita para avaliação de Políticas Públicas que está sendo ofertada pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Em seguida, o Sr. David

passou a palavra para a Sra. Claudete Terezinha Trapp, Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional. A Sra. Claudete informou que a Consultoria consiste no apoio a políticas públicas que estão em implementação, que já foram implementadas (escopo de avaliação) ou que serão implementadas, abrangendo as três fases. Ainda, informou que a ENAP selecionará 02 (duas) políticas da Administração Pública Federal para a prestação dos serviços de consultoria. A Sra. Claudete relatou ao Sr. David que seria importante realizar tratativas com a Secretaria Executiva e com o Gabinete do Ministro afim de eles terem ciência da consultoria da ENAP, tendo em vista o número reduzido de vagas, e considerou relevante que haja um direcionamento da alta administração em relação às políticas a serem escolhidas para inscrição. Em seguida, o Sr. David informou que já realizou tratativas com o Secretário Executivo Adjunto e que encaminhou um material com as Políticas Públicas do MJSP que já foram detalhadas e àquelas que já possuem ao menos 01 (um) relatório de monitoramento apresentado na CT-CGE afim de subsidiar a alta gestão do MJSP na tomada de decisão.

- 4. Em seguida, o Sr. David informou que o processo de revisão da Carteira de Políticas Públicas do MJSP deverá ser submetido aos membros da CT-CGE para aprovação na reunião ordinária da Comissão prevista para o dia 19/10/2021, e, posteriormente, para aprovação em reunião ordinária do Comitê de Governança Estratégica CGE, prevista para ocorrer no dia 28/10/2021. Informou que o próximo passo é realizar o alinhamento da parte orçamentária com as novas propostas de ajustes da Carteira de Políticas Públicas para conclusão do processo de revisão.
- 5. Concluído o tópico anterior da pauta, foram iniciadas as apresentações do detalhamento das seguintes Políticas Públicas:
 - Departamento Penitenciário Nacional DEPEN: Política de Fortalecimento do Sistema Penitenciário: Eixo Corregedorias (15921857), apresentada pela Sra. Maria Fabrícia Thays Alves Cunha, representante do DEPEN
 - Fundação Nacional do Índio FUNAI: Política de Preservação e Divulgação de Acervos Documentais sobre os Povos Indígenas e a Política Indigenista – Gestão Documental (15921601), apresentada pelo Sr. Hugo Ferreira, representante da FUNAI
 - Polícia Rodoviária Federal PRF: Política de Policiamento e Fiscalização nas Rodovias Federais (15921740), apresentada pelo Sr. Wesley Leão, representante da PRF.
 - Polícia Federal: Política de Prevenção e Repressão à Criminalidade: Eixo Segurança de Pessoas e Direitos Humanos (15921517), apresentada pelo Sr. Wellington Clay Porcino Silva, Delegado de Polícia Federal, representante da CGE/PF
- 6. Após a conclusão da apresentação da Política de Fortalecimento do Sistema Penitenciário: Eixo Corregedorias, a Sra. Márcia Aiko Tsunoda, representante do DEPEN, informou que a regulamentação das Corregedorias nos estados está em andamento, porém, cada estado tem a discricionariedade de implementar seu sistema de corregedoria da maneira que entender ser mais oportuna. Diante disso, a Sra. Márcia informou que foi identificada a necessidade de realizar um novo diagnóstico para atualizar as informações da política. Diante de tal situação, a Sra. Márcia informou que solicitou a prorrogação do prazo para o envio do detalhamento da política.
- 7. Em seguida, o Sr. David informou aos presentes sobre as Políticas Públicas que serão apresentadas na próxima reunião ordinária da CT-CGE, prevista para o dia 19 de outubro de 2021:
 - FUNAI Política de Licenciamento Ambiental;
 - FUNAI Política de Promoção aos Direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato;
 - SENAJUS Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; e
 - SENAJUS Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia Eixo: Retirada Compulsória
- 8. Sobre o tópico relativo aos informes gerais, o Sr. David informou aos presentes que foi enviado o Ofício-Circular 81 (15788275) com as orientações sobre o processo de revisão do PE, cujo prazo de resposta se encerra no dia 22/09/2021. Em seguida, informou sobre os projetos e indicadores estratégicos que serão apresentados na próxima reunião do CGE, prevista para o dia 30/09/2021:

Polícia Federal - PF:

o Projeto: Projeto Brasil M.A.I.S

Fundação Nacional do Índio - FUNAI:

- Projeto: Projeto Rede de Proteção territorial e ambiental de terras indígenas com a utilização do Centro de Monitoramento Remoto – CMR/FUNAI; e
- o Indicador: Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção territorial

• Secretaria de Operações Integradas - SEOPI:

o Projeto: Projeto Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado – PACCO; e

- Indicador: Percentual de Agências de Inteligência de Segurança Pública AISP's integradas à Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública
- Apresentação do andamento da Operação Guardiões do Bioma
- 9. Em seguida, ainda sobre o tópico Informes Gerais, o Sr. David apresentou o índice de execução orçamentária de cada unidade do MJSP. Informou que o MJSP está com 82% do orçamento disponível executado, ou seja, tem como base o orçamento disponível. Por outro lado, explicou que o MJSP possui 78% do seu orçamento total executado, que ao contrário do índice anterior, não exclui limites orçamentários que se encontram bloqueados. Ainda sobre o índice de execução orçamentária, o Sr. David apresentou o percentual de execução dos fundos, dando destaque ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).
- 10. Por fim, o Sr. David colocou em pauta o tema primeira infância. Explicou que o Congresso Nacional sinalizou a importância do assunto ao colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias a obrigatoriedade do MJSP de controlar de forma mais específica as despesas referentes à temática. Destacou que houve uma auditoria da Controladoria Geral da União CGU para saber como o tema estava sendo tratado dentro do MJSP e explicou a importância das políticas e ações que tratam da Primeira Infância. Em seguida, o Sr. David abordou também relevância das ações que tratam de Políticas para mulheres. Informou que algumas unidades, como a Secretaria Nacional de Segurança Pública SENASP, já possuem ações e políticas voltadas para esse público e que já existe um plano orçamentário específico referente às políticas para mulheres na Lei Orçamentária Anual LOA. Ressaltou que em outras unidades organizacionais do MJSP, políticas ou ações relacionadas a mulheres estão sendo implementadas, mas sem um detalhamento específico e sem uma rubrica específica na LOA referente ao gasto com a política. Por fim, o Sr. David ressaltou que é importante que as unidades organizacionais tenham um alinhamento em relação ao que é exigido pela CGU para que os instrumentos de planejamento estejam convergentes, evitando possíveis apontamentos por parte de órgãos de controle interno e externo.
- 11. Encerrada a pauta prevista, a Sr. David Freitas agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

ENCAMINHAMENTOS:

CGGE enviará e-mail contendo:

- Apresentação da reunião da CT-CGE;
- Memória da reunião;
- Planilha de Controle de detalhamento e monitoramento de políticas públicas (AN, FUNAI, PF e PRF); e

Unidades enviarão

- Apresentações das políticas públicas apresentadas no dia 21/09/2021; e
- Detalhamento e monitoramento de políticas públicas por meio de processo SEI para a caixa CT-CGE.

Gravação da reunião:

https://justicagovbr-my.sharepoint.com/:v:/g/personal/matheus_ferraz_mj_gov_br/EfOU1GhiHRNJvGpBwVYtqWcBDlKjWJ9fMntmBn-okRuNnw?email=graziele.ferreira%40mj.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **Matheus José Ferraz Fernandes**, **Agente Administrativo(a)**, em 05/10/2021, às 16:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO NOGUEIRA BRANDAO**, **Chefe da Divisão de Planejamento**, **Processos e Apoio à Governança**, em 05/10/2021, às 16:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo da Cruz Sant'Ana, Usuário Externo**, em 05/10/2021, às 16:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.





Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Gois de Oliveira**, **Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 05/10/2021, às 16:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RONALD LÁZARO BORGES RIBEIRO**, **Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 05/10/2021, às 16:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Clay Porcino Silva**, **Usuário Externo**, em 05/10/2021, às 16:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO DE MELO COSTA**, **Administrador(a)**, em 05/10/2021, às 17:23, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por MARIA CARDOSO GROCHEVICZ, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Operações Integradas, em 05/10/2021, às 17:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDO ZUGLIANI**, **Usuário Externo**, em 05/10/2021, às 19:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Cota Pacheco**, **Usuário Externo**, em 06/10/2021, às 19:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por Marcia Aiko Tsunoda, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do DEPEN, em 07/10/2021, às 16:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Célia Bernardes Vilarinho**, **Coordenador(a) de Apoio Técnico e Estratégico**, em 07/10/2021, às 17:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **15920583** e o código CRC **168B3229**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08004.000120/2021-11

SEI nº 15920583